

Atitude crítica, a causa da punição aos missionários

Da Sucursal de
BRASÍLIA

A afirmação feita esta semana pelo ministro do Interior Rangel Reis, de que seu Ministério teria decidido afastar todas as missões religiosas que atuam em áreas indígenas no Brasil, não chegou a convencer os missionários católicos e de outros credos que atuam junto aos grupos tribais. Em nome das missões católicas, afirma o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que o governo mal dá conta de olhar os índios que tem sob sua responsabilidade, cerca de 80.000, segundo dados da Funai, sendo por este motivo muito difícil que ele consiga substituir a contento o trabalho das missões, que assistem uma população calculada em torno de 50.000 índios.

O pronunciamento do ministro, na verdade, segundo interpretaram os missionários, teria como alvo aquelas missões que têm desagradado a Funai, apresentando constante críticas à política indigenista vigente, especialmente uma ala representativa de missões católicas, que aderiu à orientação do CIMI.

MUDANÇAS

Essas missões, encabeçadas pela missão Anchieta, que assiste cerca de 2.000 índios no Norte do Mato Grosso, entre eles os parecis, erikpatsas, menkus e nhambikwaras, mudaram inteiramente os métodos de catequese, deixando de lado a tarefa imediata de "salvar almas", o que implicava em profundas agressões à cultura tribal. Os padres jesuítas decidiram, depois de aprofundados estudos mudar inteiramente sua linha de ação, começando por eliminar os internatos de índios na tradicional missão de Utiariti e passando a incentivar o retorno à vida e aos costumes tribais. Utiariti hoje está entregue apenas a alguns padres, pois muitos mudaram-se para pequenas casas perto das aldeias, onde acompanham o dia-a-dia dos índios, apoiados na orientação do documento elaborado pela missão "Diretório Indígena", que foi totalmente endossado pelo Cimi desde a sua criação, no final de 1972.

O padre Egydio Schawde, do Cimi, disse em Brasília que as palavras do ministro não tinham como objetivo atingir aquelas missões que continuam "bem comportadas", adotando o trabalho de evangelização tradicional "Estas, sem dúvida — afirmou — aceitarão pacificamente qualquer orientação do governo, pois estão engajadas na difícil tarefa de lutar pelos direitos dos índios. O Cimi, muito mais que a Funai, tem levado às aldeias e mesmo aos postos indígenas da fundação o Estatuto do Índio, debatendo-o e analisando-o com a liderança indígena".

VETO

Mas, apesar de ser o instrumento que garante uma série de direitos aos índios, o Estatuto do Índio também poderá ser utilizado contra as missões e foi apoiado nele que Rangel Reis falou com tanta segurança. O an-

teprojeto do Estatuto, feito com a orientação do jurista Themístocles Cavalcanti, recebeu algumas sugestões posteriores do então presidente do Cimi, padre José Vicente Cesar. No capítulo 2, um parágrafo único autorizava a "prestação de serviço de diversas naturezas ao índio pelas missões religiosas, filantrópicas e científicas respeitadas a legislação em vigor e a orientação do órgão federal competente".

No entanto, antes de ser aprovada, no final de 1973, a lei recebeu um veto presidencial, suprimindo exatamente este parágrafo. A Igreja reagiu, reclamando o seu direito secularmente assegurado e o presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, garantiu que o veto não implicaria no afastamento das missões das áreas indígenas.

A acusação mais grave às missões religiosas feita pelo ministro, no entanto, não se dirige àquelas de atuação renovadora, mas às que estariam explorando minério em áreas indígenas, especialmente em Roraima. Este assunto já era comentado com reserva dentro da Funai, que, no ano passado, recebeu um pedido dos órgãos de segurança para que realizasse um amplo levantamento dos trabalhos de missões que atuam em áreas de fronteira.

Os índios brasileiros são atendidos por missões que adotam linhas de ação as mais diversas. Padres católicos foram os primeiros a rever os métodos de catequese tradicionais, atitude que ainda esbarra na resistência dos protestantes e mesmo de algumas missões católicas que não abandonaram uma orientação considerada extremamente paternalista e etnocêntrica pelo Cimi. Este órgão, por sua vez, continua tentando conseguir a adesão dos sacerdotes conservadores. Em diversas reuniões realizadas com este objetivo, todos concordaram pelo menos com as linhas teóricas do trabalho do Cimi. No entanto, depois de assistirem às reuniões do Conselho, onde o problema do índio e a ação da Funai são amplamente discutidos, há padres que afirmam, como ocorreu no encontro realizado recentemente em Curitiba: "Está certo que o índio tem problemas decorrentes da pressão que sofre do mundo civilizado. Mas não vi, nesta reunião, ninguém se preocupar com o problema de sua alma."

Isso indica que, além das novas dificuldades com o Ministério do Interior, o Cimi tem pela frente a tarefa de motivar outras missões — e mesmo alas da própria Igreja católica — a aderir a suas diretrizes. Uma delas de acordo com o que ficou aprovado na Assembleia Missionária Indigenista do Conselho, em junho, em Goiânia, é "conduzir a pastoral indigenista em nosso país dentro da missão que a Igreja latino-americana se sente chamada a cumprir no mundo de hoje de exprimir e encarnar o apelo dos oprimidos e marginalizados, superando nossos individualismos de igrejas e congregações".